

a semana no **CONGRESSO**

A Semana no Congresso é um informativo elaborado pela área de Relações Institucionais e Governamentais de Pinheiro Neto Advogados, que está baseada em Brasília. Nossa equipe acompanha de perto as notícias divulgadas pelas agências da Câmara de Deputados e do Senado Federal e apresenta uma seleção daquelas consideradas mais relevantes para nossos clientes.

PERIODICIDADE

Semanal

SÓCIO RESPONSÁVEL

[Carlos Vilhena](#)

COLABORADORES

Anna Beatriz Almeida e Bruno Perman

CONTATO

pna@pn.com.br

Este boletim tem caráter genérico e informativo, não constituindo opinião legal para qualquer operação ou negócio específico. Para mais informações, entre em contato com nossos advogados ou visite o website www.pinheironeto.com.br.



↑ voltar ao início



PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (FOTO: VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL)

CÂMARA

Projeto que regulamenta a terceirização é destaque da pauta do Plenário

O projeto tramita desde 1998 e será debatida em sessão exclusiva

Deputados também podem votar ajuda a estados endividados, aumento da pena para crimes de pirataria e permissão para universidades públicas cobrarem por pós-graduações lato sensu. Líderes partidários se reunirão na terça-feira (21), às 15 horas.

O projeto de lei que permite a terceirização de todas as atividades da empresa é o destaque da

pauta do Plenário para os dias 21 a 23 de março. Os deputados precisam analisar o substitutivo do Senado ao PL 4302/98, do Executivo. A matéria é o único item previsto para a próxima terça-feira (21).

De acordo com o texto dos senadores, quanto às obrigações trabalhistas haverá a responsabilidade subsidiária da empresa contratante em relação à responsabilidade da empresa de serviços terceirizados. Parecer unânime aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público mantém a responsabilidade solidária, conforme texto da Câmara. As mudanças ocorrem na Lei 6.019/74.



Na responsabilidade subsidiária, os bens da empresa contratante somente poderão ser penhorados pela Justiça se não houver mais bens da terceirizada para o pagamento da condenação relativa a direitos não pagos. Na solidária, isso pode ocorrer simultaneamente. Contratante e terceirizada respondem ao mesmo tempo com seus bens para o pagamento da causa trabalhista.

O projeto também regulamenta aspectos do trabalho temporário, aumentando de três para seis meses o tempo máximo de sua duração.

Para o relator, deputado Laercio Oliveira (SD-SE), o texto vai incentivar contratações ao modernizar as regras trabalhistas e criar uma lei específica sobre terceirizações. "Essa proposta não é a solução definitiva para o desemprego, mas é um facilitador porque traz segurança jurídica. Hoje quase sempre as consequências de contratos malfeitos recaem sobre o trabalhador terceirizado", diz.

Já o deputado Sâguas Moraes (PT-MT), vice-líder do partido, argumenta que a abertura da terceirização para mais áreas de uma empresa vai prejudicar o trabalhador. "O empresário poderá demitir um funcionário que tem carteira assinada com a sua empresa e contratar uma outra empresa para prestar aquele serviço. Com certeza, o trabalhador terá um salário menor, pois a empresa terceirizada buscará ter lucro", afirma.

Pós-graduação paga

Entre as propostas de emenda à Constituição (PEC) que podem ser votadas, está pautada, para sessão extraordinária exclusiva, às 9 horas de quarta-feira (22), a PEC 395/14, do deputado Alex Canziani (PTB-PR), que permite às universidades públicas cobrarem pela pós-graduação lato sensu, exceto mestrado profissional. A matéria precisa ser votada em segundo turno e sua discussão já foi encerrada em março do ano passado.

Segundo o autor, a intenção da proposta é reforçar o caixa das universidades, permitindo a elas oferecer cursos direcionados às empresas.

Atualmente, algumas instituições que cobram por esses cursos têm sido contestadas na Justiça devido à previsão de acesso gratuito na Constituição para todos.

Os partidos contrários à proposta, entretanto, argumentam que ela pode iniciar um processo de privatização do ensino público superior.

Dívidas

Em sessão ordinária marcada para as 14 horas de quarta-feira (22), os deputados poderão analisar ainda o Projeto de Lei Complementar (PLP) 343/17, do Executivo, que cria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal para ajudar os estados endividados em troca de contrapartidas como elevação de

alíquotas de contribuição social de servidores, redução de incentivos tributários e privatizações.

Conforme a proposta, o regime poderá durar até três anos, com prorrogação pelo mesmo período inicial. Durante esse período inicial estipulado em lei, o estado não pagará as prestações da dívida devidas à União. Esses valores não pagos serão corrigidos pelos encargos financeiros previstos originariamente nos contratos para acrescentá-los aos saldos devedores atualizados.

Além de medidas de redução de gastos, que cada ente federado participante deverá instituir por meio de leis próprias, a moratória provisória será garantida pela vinculação de recursos dos repasses aos estados previstos constitucionalmente (IRRF descontado de seus servidores, Fundo de Participação dos Estados, parte do IPI), e de tributos de sua competência (IPVA, ICMS, transmissão causa mortis).

Pirataria

Também previsto na pauta do Plenário, o substitutivo do Senado ao PL 333/99, aprovado na Câmara em dezembro de 2000, altera diversos dispositivos da Lei 9.279/96, que trata dos direitos de propriedade industrial. O texto oferecido pelos senadores aumenta a pena para diversos crimes relacionados à pirataria tipificados nessa lei - de um a três meses de detenção para dois a quatro anos de reclusão.



PRESIDENTE DA CÂMARA, RODRIGO MAIA
(FOTO: WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL)

PEC de reforma da Previdência recebe 131 emendas válidas para serem analisadas

A PEC 287/16 altera critérios para aposentadoria em relação à idade e ao tempo de contribuição, além de modificar a forma de cálculo dos benefícios, entre outros pontos

Terminou nesta sexta-feira (17), às 18h30, o prazo para apresentação de emendas ao texto da reforma da Previdência (PEC 287/16). O prazo havia sido prorrogado na quarta-feira pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

No total, foram apresentadas 164 emendas, das quais 33 não conseguiram o número regimental suficiente de assinaturas para continuarem tramitando, o que deixa um total de 131 de emendas válidas para serem analisadas

pelos deputados integrantes da Comissão Especial da Reforma da Previdência.

Para fazer emendas à reforma, cada deputado tem que reunir 171 assinaturas, que são conferidas pela comissão especial. Se uma emenda não passar na comissão, ainda pode ser analisada na votação do Plenário.

A maior parte das emendas está relacionada a pontos específicos como benefícios assistenciais, professores, trabalhadores rurais, policiais, servidores públicos e mulheres. Há ainda emendas amplas que buscam mexer ao mesmo tempo em vários pontos, apresentando na prática um texto alternativo ao proposto pelo governo.

Proposta

A PEC altera critérios para aposentadoria em relação à idade e ao tempo de contribuição, além de modificar a forma de cálculo dos benefícios, entre outros pontos. É sugerida uma regra de transição aplicada a homens e mulheres que, na data de promulgação da nova emenda, tiverem, respectivamente, mais de 50 anos e e mais de 45 anos.

De acordo com a proposta, a nova regra para a aposentadoria pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) passará a exigir idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição. No caso dos servidores públicos, as mudanças eliminam regras de transição aprovadas anteriormente, também por meio de emendas constitucionais, em 1998, 2003 e 2005.

Comissão discute reforma trabalhista no Espírito Santo e no Rio

A Comissão Especial da Reforma Trabalhista (PL 6787/16) realiza dois seminários estaduais nesta segunda-feira (20) para debater os impactos das mudanças para os empregados e o mercado de trabalho.

O primeiro, em Vitória (ES), foi solicitado pelos deputados Helder Salomão (PT-ES) e Sérgio Vidigal (PDT-ES). Os parlamentares alegam que, por ser de extrema relevância, a discussão precisa ser descentralizada, permitindo que o maior número de entidades de trabalhadores e patronais, além de juízes e representantes da sociedade, possam colaborar com sugestões que embasem o relatório final.

Foram convidados para a audiência o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Espírito Santo, Mário Ribeiro Cantarino Neto; o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, Estanislau Tallon Bozi; o superintendente do Trabalho no Espírito Santo, Alcimar das Candeias da Silva; e os presidentes do sindicato dos médicos, Otto Fernando M. Baptista; do sindicato dos professores; da Findes, Marcos Guerra; da Fecomércio, José Lino Sepulcri; da CUT/ES, Jasseir Alves Fernandes; da Força Sindical, Alexandro Martins Costa, e do Sindicato dos Servidores Públicos do ES, Haylson de Oliveira.

O seminário será realizado na Assembleia



Legislativa do estado, a partir das 8h30.

Rio de Janeiro

Também nesta segunda-feira, integrantes da comissão realizam debates sobre a proposta com representantes de entidades do Rio de Janeiro, atendendo a requerimento dos deputados Wadih Damous (PT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Foram convidados para o evento a desembargadora do TRT da 1ª Região, Sayonara Grilo Coutinho; a procuradora da Procuradoria-Regional do Trabalho da 1ª Região, Lisyane Chaves Motta; e o presidente da Comissão de Justiça do Trabalho da OAB/RJ, Marcus Vinicius Cordeiro.

O encontro será realizada na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir das 14h30.

Relatório

O relator do projeto de reforma trabalhista, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), explicou que, como não há tempo para comparecer a todos os estados e cidades onde serão realizados seminários, os parlamentares se comprometeram a organizar os eventos em seus estados para ajudar na composição do relatório. ■



CMMPV - COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 757, 2016 (FOTO: WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO)

SENADO

Comissão debate MP que cria novas taxas para Zona Franca de Manaus

A MP foi encaminhada ao Congresso em 22 de dezembro e caducará em 29 de maio

MPV 757/2016 - A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 757/2016, que cria dois tributos a serem cobrados das indústrias firmadas na Zona Franca de Manaus, reúne-se na próxima terça-feira (21), às 14h30.

A medida foi editada após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar ilegal a Taxa de Serviços Administrativos (TSA) cobrada na Zona Franca de Manaus. De forma prática, para substituir a TSA, a MP estabelece duas taxas de serviço administrativo cobradas para custeio das atividades da Superintendência

da Zona Franca de Manaus (Suframa) aos estabelecimentos que usufruem de benefícios fiscais, tanto na indústria quanto no comércio.

A MP também estabelece que a importação de mercadorias estrangeiras ou a entrada de produtos procedentes do território nacional no âmbito da Zona Franca de Manaus, das Áreas de Livre Comércio (ALCs) ou da Amazônia Ocidental deverá ser licenciada ou registrada pela Suframa.

Representantes do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM), da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) e da Suframa devem participar da audiência.

Seguindo o plano de trabalho aprovado na última quinta-feira (16), a comissão terá mais outras três audiências públicas até o final de abril.



PLENÁRIO DO SENADO (FOTO: ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO)

Plenário pode votar atualização da Lei de Execução Penal para reduzir superlotação em presídios

O projeto foi elaborado por uma comissão especial de juristas em 2013

O Plenário do Senado terá sessão deliberativa na terça-feira (21) e pode apreciar projeto de lei que traz uma solução para atenuar o problema da superlotação dos presídios brasileiros. Elaborado por uma comissão especial de juristas, o PLS 513/2013 altera a Lei de Execução Penal para determinar a realização de mutirões em presídios com lotação máxima e, em último caso, antecipar a liberação de presos.

O texto estipula que sempre que um estabelecimento penal atingir a capacidade

máxima deve promover mutirão para verificar a situação dos presos ali recolhidos. Se, mesmo após isso, a lotação não for normalizada, deverá ser antecipada a liberdade dos detentos mais próximos do fim do cumprimento da pena.

Outras modificações propostas são a progressão automática de regime para presos com bom comportamento que tiverem cumprido ao menos 1/6 da pena no regime anterior, a vedação à permanência de presos provisórios em penitenciárias e o prazo de quatro anos para a extinção das carceragens em delegacias de polícia.

O projeto entrou em regime de urgência no início de março e ainda carece de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que poderá ser emitido em Plenário pelo

relator, senador Jader Barbalho (PMDB-PA). A proposta é uma resposta do Senado à crise do sistema penitenciário brasileiro. No início do ano, mais de 130 presos foram mortos em rebeliões e chacinas em presídios de diversos estados.

Restrição a MPs

Também está na pauta do Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC 111/2015) que proíbe a edição de medidas provisórias que alterem o equilíbrio financeiro de contratos da administração pública. A PEC deveria ter sido votada na semana passada, mas, devido a muitas divergências entre os senadores, ela ganhou uma sessão extra de debates e agora volta à ordem do dia.

A proposta impede o governo federal de



editar medidas provisórias que tenham como consequência o “desequilíbrio econômico-financeiro” de contratos administrativos através de alterações nas suas condições. Ela também assegura a correção dos contratos caso eles sejam afetados por matérias tributárias, projetos de lei e atos do Executivo. A PEC tem como autor o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Contratos administrativos são aqueles celebrados entre instituições e órgãos da administração pública e particulares (principalmente empresas privadas) ou outras entidades públicas. Geralmente, são contratos de obras públicas, de serviços, de fornecimento, de gestão ou de concessão. Um exemplo são as Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Senadores críticos à PEC temem um engessamento do papel do Estado em nome da proteção dos interesses de empresas privadas. Já os senadores que são favoráveis argumentam que ela criará um ambiente de maior confiabilidade para o estabelecimento de contratos de investimento.

Greve no serviço público

O Plenário deverá voltar a analisar o requerimento de urgência para o PLS 710/2011, que regulamenta o direito de greve no serviço público. O texto determina que a paralisação poderá ser decretada somente após negativa do poder público de atender às reivindicações e aprovação numa assembleia. Ele também obriga a manutenção

de 50%, 60% ou 80% do efetivo, dependendo da importância da prestação dos serviços.

A urgência seria votada na semana passada, mas senadores da oposição reivindicaram mais debate sobre o tema. Como a votação estava pautada para a quarta-feira (15), mesmo dia em que várias categorias profissionais deflagraram greves e manifestações em protesto contra a reforma da Previdência, os parlamentares argumentaram que a iniciativa poderia ser vista como uma retaliação do Senado.

Reunião de líderes

Outras propostas poderão ser incluídas na pauta de votações a depender da reunião dos líderes partidários, que ocorrerá a partir das 11h da terça-feira. Além de discutir a pauta, eles também deverão chegar a uma conclusão sobre as três comissões permanentes do Senado que ainda não foram instaladas para os trabalhos do biênio 2017-2018. Ainda não há consenso sobre as presidências das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Transparência e Governança Pública (CTG) e Senado do Futuro (CSF).

Um fator que influencia essa decisão é um projeto de resolução que modifica o Regimento Interno do Senado e transfere diversas atribuições e competências da CMA para a CTG (PRS 5/2017). Antes de distribuir entre si o comando dessas duas comissões, os partidos precisam definir as responsabilidades e poderes de cada uma.

Comissão marca audiências para debater MP que alterou áreas de proteção no PA

Ao todo, a comissão mista da MP realizará três audiências ao longo da semana

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 756/2016 promove na próxima semana três audiências públicas para debater a matéria. A MP alterou os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional do Jamanxim e criou a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, no Pará.

Esta nova APA será administrada pelo Instituto Chico Mendes, a quem caberá tomar as medidas necessárias para sua conservação. A MP estabelece ainda que as áreas rurais ocupadas poderão ser regularizadas, respeitando-se as regras da Lei 11.952/2009, que trata da regularização fundiária das ocupações em terras da União situadas na Amazônia Legal.

Para a primeira audiência pública, na terça-feira (21), às 14h30, foram convidados o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho; o vice-governador do Pará, Zequinha Marinho; o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ricardo Soavinski; e o presidente da Assembleia Legislativa do Pará, Márcio Miranda. Além deles, também foram convidados o secretário de Meio Ambiente do Pará, Luiz Fernandes Rocha; o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Adnan Demachki; a procuradora Nayana



COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 756, DE 2016. NA MESA: RELATOR DA CMMPV 756/2016, DEPUTADO JOSÉ PRIANTE (PMDB-PA); PRESIDENTE DA CMMPV 756/2016, SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) (FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO)

Fadul; o prefeito de Novo Progresso, Ubiraci Soares Silva; e a advogada Samanta Pineda.

Na quarta-feira (22), também com início às 14h30, a segunda audiência pública terá como participantes o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará, Giovanni Queiroz; o secretário-executivo do Instituto Socioambiental (ISA), André Junqueira Ayres Villas-Bôas; o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), Carlos Fernandes Xavier; o presidente da Câmara de Vereadores de Novo Progresso, Francisco Lazarin Vieira; e o presidente do Incra, Leonardo Góes Silva.

Também foram convidados representantes da Associação Serra Azul, da Associação dos Produtores Rurais do Vale do Garça, da Associação dos Produtores Rurais Gleba Imbaúba e Gorotire, da STCP Engenharia de Projetos, da Articulação do Povos Indígenas do Brasil, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Já na quinta-feira (23), a partir das 9h30, a terceira audiência pública contará com a participação de representantes do governo e do Ministério Público Federal de Santa Catarina, da Associação dos Vizinhos do Morro da Igreja, do Parque Estadual da Serra Furada, do Parque

Eco Museu, além de prefeitos e vereadores dos municípios atingidos pelas mudanças.

A MP 756/2016 redefiniu os limites atuais do Parque Nacional do Rio Novo, localizado nos municípios de Itaituba e Novo Progresso, no Pará, criado em 2006 e da Floresta Nacional do Jamanxin, em Novo Progresso. As mudanças se devem à passagem da Estrada de Ferro 170, também chamada de Ferrogrão, em fase de construção. A MP estabeleceu que áreas excluídas que não forem efetivamente utilizadas após a instalação da ferrovia, serão reintegradas ao Parque Nacional do Jamanxim. Estabelece, ainda, que os imóveis rurais privados existentes no parque ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação.

O presidente da comissão mista que analisa a admissibilidade da MP 756 é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o relator é o deputado federal José Priante (PMDB-PA). A vice-presidente é a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) e a relatora revisora é a senadora Ângela Portela (PT-RR).

Todas as audiências públicas serão transmitidas ao vivo pelo portal do e-Cidadania, onde a população também pode participar com perguntas, críticas e sugestões. ■